

Acta n.º 4

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2011

Aos dezasseis dias do mês de Março do ano de dois mil e onze, pelas dezasseis horas, reuniu na Biblioteca Municipal António Botto, nos termos do decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações produzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, o Conselho Municipal de Educação.

Verificada a lista de presença dos membros que assinaram a folha de presenças anexa à presente (anexo 1), encontrava-se o Conselho Municipal de Educação em condições de reunir e deliberar validamente sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise e Aprovação do Plano de Transportes Escolares
3. Intervenções Temáticas "+ Segurança";
4. Outros Assuntos.

Deu-se início a esta reunião, com a leitura e aprovação da acta anterior, a qual, após uma pequena correcção foi aprovada por unanimidade.

Passou-se em seguida, ao primeiro ponto da ordem de trabalhos e, na sequência do mesmo, a Presidente do CME, Celeste Simão transmitiu as seguintes **informações**:

. Informou que esteve presente numa Conferência sobre Transferência de Competências para os municípios em matéria de Educação, organizada pela Comissão Parlamentar que está a fazer uma avaliação desta medida.

. Deu conhecimento que o Regime da Fruta Escolar não está ainda a ser aplicado no concelho, pois tem procedimentos muito burocráticos, aguardando-se a saída de uma nova portaria para agilizar estas situações.

. Informou que a Câmara Municipal também esteve presente num seminário sobre "Escola a Tempo Inteiro" em Vila Franca de Xira, onde se partilharam experiências bem diferentes na organização das AEC's e Componente de Apoio à Família.

. Deu conhecimento também que irá haver no dia 17 de Março um workshop "Abrantes uma Estratégia para a Leitura " e referiu que era importante a participação dos representantes dos Agrupamentos de Escolas e das Bibliotecas Escolares. Este workshop vai terminar com a assinatura do Protocolo de Adesão do Município de Abrantes ao Plano Nacional de Leitura.

. Informou ainda que já começaram, em Janeiro, as obras dos novos Centros Escolares de Alferrarede, Bemposta e Rio de Moinhos. Prevê-se que tenham a duração de doze meses. Foi também apresentado o projecto base da Encosta Sul, para cuja apresentação foram convidados o Presidente da Junta de Freguesia de S. João e o Director do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida.

. Deu igualmente conta de que solicitou uma reunião com o Director Regional da DRELVT e que reuniu ontem com a Dra. Rosária Alves, Directora Regional Adjunta, pessoa responsável pelos assuntos das escolas. O seu pedido de reunião prendeu-se com o facto de ainda não estar assinado o acordo de colaboração para a cedência da Escola Dr. Fernando Loureiro para funcionamento da E.B.1 de Alvega, existindo já constrangimentos relativamente ao pagamento de despesas desta escola. Relativamente àquilo que todos esperam, não há nada a informar, pois aguardam-se orientações do Secretário de Estado da Educação. No entanto, informou que solicitou aos Directores de Agrupamento a marcação de uma reunião para poderem falar deste assunto. No que diz respeito às escolas de 1º Ciclo, refere que abordou esta questão e que é publico que a Resolução do Conselho de Ministros é para pôr em prática, que existem algumas escolas com autorização excepcional de funcionamento para este ano e que se esperam orientações das Secretaria de Estado da Educação nesse sentido.

. Informou ainda que este Conselho Municipal de Educação tem que substituir dois elementos, nomeadamente os representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia e das Associações de Estudantes, o primeiro devido à substituição do próprio Presidente de Junta no executivo da Junta de Freguesia de S. João Baptista e o segundo pela falta de comparência a todas as reuniões.

. Após este período, a Presidente do CME, Celeste Simão questionou os presentes se eventualmente teriam alguma informação a dar, no âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, pedindo no entanto para serem breves e sintéticos.

. O representante do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, Jorge Beirão, informou que recebeu contactos do Ministério da Educação para que rectificassem a Plataforma Misi@ em relação a três estabelecimentos de ensino, que se mantiveram abertos, mas com autorização excepcional de funcionamento.

. O representante dos docentes de 1º ciclo, Professor António Tomás, presente nesta reunião como convidado, informou também que começou no dia anterior a formação Mocho XXI, com cerca de 50 formandos/professores (duas turmas à quinta e terça-feira, até 12 de Maio). Este curso de 25 horas é creditado e veio dar continuidade ao que se tem feito no Mocho XXI, numa tentativa de aumentar os níveis de intervenção das novas tecnologias na prática educativa.

. Relativamente a esta questão a Presidente do CME, Celeste Simão, disse ainda que o Projecto Mocho XXI, na realidade, é uma ferramenta que não está a ser utilizada como se esperava e que os prejudicados acabam por ser os alunos. A Autarquia disponibiliza formação aos professores e fomenta a sua participação, através da formação com créditos e fá-lo porque esta ferramenta é para ser utilizada. No entanto, e tendo em conta que a sua utilização não é obrigatória, sabe que a percentagem de utilização é muito fraca, rondando cerca de 10 a 15%, o que é muito pouco.

. Ainda no ponto das informações, a representante dos docentes do Pré-escolar, Maria João Ferreira, informou que o Projecto KidSmart, com o apoio da Câmara Municipal, já seguiu para a DGIDC e que está a ser analisado, num trabalho elaborado por elementos representantes de todos os agrupamentos de escolas do concelho.

. Não havendo mais intervenções a Presidente do CME, Celeste Simão, passou de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos: **Análise e Aprovação do Plano de Transportes Escolares (anexo 2)**.

. Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a Presidente do CME informou que este Plano foi elaborado com dados dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e que tem diferentes circuitos (carreiras públicas, táxis, autocarro municipal, carrinhas de juntas de freguesia, ...). Disse ainda que, provavelmente, o mesmo sofrerá alterações, principalmente no n.º de alunos, mas que isso não é impeditivo para que seja aprovado na sua generalidade.

. Assim, posto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

. Não havendo mais intervenções neste ponto, a Presidente do CME passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, **Intervenções Temáticas "+ Segurança"**.

. Relativamente a este ponto, a Presidente do CME, Celeste Simão, referiu que se decidiu promover estas intervenções temáticas, de forma a dar uma interacção maior ao CME. Começou-se com as Universidades da Terceira Idade, para mostrarem o que faziam no terreno e na reunião anterior ficou decidido abordar o tema da segurança.

Falou-se sobre uma confusão de papéis, entre Agrupamentos e Escolas e Forças de Segurança, em saber onde começa a intervenção de uns e de outros.

. Neste sentido, a Presidente do CME referiu que traz situações fictícias, mas baseadas na realidade, para perceberem e debaterem até onde vai a intervenção da escola e das forças de segurança e perceber entre todos e todas de que forma é que no terreno podemos articular da melhor maneira. Disse ainda que este pode ser um princípio de um debate mais alargado no futuro.

. Passou-se de seguida à primeira situação fictícia:

" O aluno X, envolveu-se numa briga no exterior do recinto escolar, durante a hora de almoço. Este aluno não tem autorização do encarregado de educação para sair da escola. O aluno foi agredido violentamente por um colega da mesma turma, tendo sido as forças de segurança chamadas ao local. Que fazer? Que procedimentos a serem tomados e por quem?"

. Relativamente a esta situação, foi unânime que o mais importante não é se o aluno tem ou não autorização para sair da escola, mas sim a agressão.

. A representante da DRELVT, Isabel Cartaxo, referiu que todos os encarregados de educação têm conhecimento de como é que a escola age e funciona e permite ou não as saídas.

. O representante da Escola Secundaria Dr. Solano de Abreu, Jorge Costa, contou que uma aluna da sua escola foi agredida por uma aluna na paragem do autocarro e que actuou como se fosse na escola e que na plataforma da ocorrência a aluna foi sujeita a processo e pensa que o encarregado de educação da aluna agredida fez queixa na polícia.

. A Conselheira Local para a Igualdade, Sofia Loureiro, disse que a prioridade deve ser a de uma criança que é vítima de agressão e havendo um agressor as autoridades devem intervir. Só depois se deve verificar se de facto os jovens envolvidos tinham, ou não autorização para sair da escola.

. O representante da Policia de Segurança Pública, Joaquim Mata, referiu que para a PSP há um agressor e sendo fora da escola é um crime. Neste sentido, deve ser elaborado o expediente normal. Depois contacta-se o director do estabelecimento de ensino e os pais do agressor e do agredido.

. O representante da EPDRA, João Quinas, informou também que existe violência física entre os dois polos da EPDRA. A escola aplicou as medidas previstas na lei, chamou os alunos e alertou-os. Também durante a noite, na aldeia de Mouriscas, os alunos da escola fizeram alguns desacatos e a escola chamou-os e alertou-os para que os seus comportamentos sejam corrigidos. Têm ainda colaborado com os agentes da autoridade na solução dos problemas que se levantam.

. A representante do Agrupamento Escolar de Tramagal, Maria Isabel Alves, disse que a escola, apesar dos desacatos serem no exterior, não se pode demitir das suas responsabilidades e deve reunir com todos os elementos da comunidade escolar.

. O representante do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, Jorge Beirão, fez referência a um caso concreto que aconteceu no seu Agrupamento, com uma funcionária que acompanha os alunos à hora de almoço da escola para o jardim de infância. Neste trajecto, dois alunos de 1º ciclo envolveram-se fisicamente e a funcionária tentou separa-los. A encarregada de educação de uma das crianças viu e agrediu violentamente a funcionária. Nesta situação concreta o agrupamento contactou a escola segura, que tomou conta da ocorrência. Mas, no entanto, qual o papel da comunidade escolar? Tendo em conta o trabalho que aquela senhora estava ali a desenvolver, não devia haver uma pena agravada em situações desta natureza, pois trata-se de crianças que precisam de acompanhamento e segurança. É uma situação destas, de uma atitude inadmissível, complica o bom funcionamento de uma instituição escolar.

. O representante da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, Jorge Costa, disse ainda que à volta da escola existem outros apetites para os alunos, como cafés, bares, etc., os quais trazem algumas preocupações às direcções das escolas e corpos docentes. Tendo em conta todas as diferenças sociais existentes, que são cada vez maiores, deparam-se muitas vezes com situações verdadeiramente graves, como alunos sob o efeito de álcool e/ou droga, sem ser possível a escola fazer alguma coisa. De facto, hoje em dia, a comunidade à volta da escola não é propícia para um bom clima da escola, e isto preocupa-o. Disse ainda que a própria PSP tem sido muito colaborante, mas que também eles sentem alguma incapacidade, no entanto, alguma coisa devia ser feita também.

. O representante do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, José Diogo, referiu que o problema vem mais do exterior para a escola, que vice-versa. De facto, nas escolas existem focos de criminalidade e provavelmente seria pertinente que o acompanhamento fosse feito nas famílias. Disse ainda que, independentemente do local

do crime, os casos estão identificados a nível do concelho e são eles que trazem esse mau estar para as escolas.

. O representante da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, Luís Ferreira, referiu que, apesar de não ter crianças na sua escola, não deixa de ser preocupante este tema, pois a violência acontece também com os alunos do ensino superior. Disse ainda que esta semana haverá uma reunião geral de alunos para debater este assunto, da qual chegará um relato á Presidente da câmara municipal e às autoridades policiais.

. O representante da EPDRA, João Quinas, disse ainda que à volta das escolas e no caso da EPDRA, que se situa numa aldeia, os bares e cafés exploram a comunidade estudantil. Existem sobretudo abusos e depois os problemas vão para a escola e neste caso para o Centro de Alojamento da Escola.

. A representante dos Serviços Públicos de Saúde, Paula Gil Telo, referiu que concorda com o que foi dito e que o espaço envolvente à escola é, de facto, um causador de situações problemáticas e que a segurança ou a falta dela passa por aí. Na cidade vende-se vinho a copo e cigarros individuais, pelo que deveria haver uma maior fiscalização municipal e uma legislação sobre estes espaços.

. O representante da Guarda Nacional Republicana, João Paulo Santos, referiu que em relação à situação relatada pelo representante do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, Jorge Beirão, relativamente à agressão da funcionária, foi feito auto de notícia e que a ofendida se deslocou ao gabinete legal para realização de exames médicos. Em relação à agressão, esta é considerada crime, por haver uma agressão e é qualificado, por ter sido agredida uma funcionária da escola. Disse ainda que relativamente aos estabelecimentos junto às escolas, a GNR faz a fiscalização, mas que é difícil provar as situações referidas, pois há sempre um maior de idade que se assume como responsável. Acresce ainda o facto de no final do período lectivo ser feita uma maior fiscalização dos estabelecimentos, mas os alunos trazem as bebidas alcoólicas de casa, na mochila.

. O representante da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, Jorge Costa, referiu que se forem agora à porta da sua escola ouvem o karaoke dum estabelecimento ali em frente, que é sempre às quartas feiras à tarde, e vêem varias bebidas alcoólicas serem consumidas pelos seus alunos. É importante a Câmara Municipal rever as licenças destes estabelecimentos para matar de uma vez por todas a venda de bebidas alcoólicas enquanto as escolas estão em funcionamento.

. A Conselheira Local para a Igualdade, Sofia Loureiro, referiu ainda que a sua experiência diz que o que aqui se disse é importante em termos de diagnóstico, mas não se pode fazer só de um lado. Sempre houve jovens a trazer bebidas alcoólicas de casa para comemorar o final do ano lectivo. Acima de tudo é importante falarmos todos a mesma linguagem, ou seja, sabermos do que falamos quando utilizamos estes termos, como coisas normais na adolescência, indisciplina, desvio ou crime. E isto, não é só culpa do que se passa à volta das escolas. Tem que se trabalhar em vários eixos: na fiscalização dos estabelecimentos; chamar os pais, apesar de eles não virem à escola; trabalhar as famílias, pois se eles não vêm, temos nós de ir lá. Deve ser feito um plano onde possamos chegar às famílias, que são o sistema de socialização mais importante.

. Relativamente a estas questões, a Presidente do CME disse que há aqui um problema, pelo que as responsabilidades têm que ser muito partilhadas. Temos aqui no CME os representantes das Direcções das Escolas, das Associações de Pais, pelo que tem que haver aqui um trabalho de fundo a fazer. Se todos temos a mesma preocupação, temos que começar a partir para a acção. O primeiro começo passa por uma reunião com os Directores das Escolas e depois alargar isto um pouco mais.

. A representante do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, Joaquina Vedor, referiu também que um eixo fundamental é a família. O aspecto importante é que cabe à escola saber se o aluno saiu, mas a realidade é que os directores de turma, e mesmo os do 5º ano, recebem muitas declarações a autorizar incondicionalmente os filhos a saírem da escola. Estes vão para o café, enchem-se de gomas e não vão às aulas. De facto, a família demite-se muito.

. Relativamente a esta questão a representante do Agrupamento Escolar de Tramagal, Maria Isabel Alves, informou que faz, de 3 em 3 semanas e de forma descentralizada, formação parental. Esta realiza-se ao final do dia ou à noite e tem tido alguma recepção, também dependendo dos temas abordados. Em relação às crianças/jovens mais problemáticos, convocam os pais e estão a fazer um programa de competências pessoais.

. Não havendo mais intervenções sobre este tema, dado o interesse e discussão que o mesmo manifestou nos presentes e tendo em conta o adiantar da hora, a presidente do CME passou então ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, **Outros Assuntos**.

. Relativamente a este ponto, a Presidente do CME, Celeste Simão, referiu que recebeu do Núcleo Executivo da Rede Social do concelho de Abrantes um pedido do agendamento de uma reunião de trabalho com os parceiros com intervenção na área do absentismo e abandono escolar. Neste sentido, solicita a marcação de uma reunião,

após a interrupção lectiva da Páscoa, com os parceiros interessados nesta matéria, nomeadamente os directores de agrupamento e escolas não agrupadas, os representantes do ensino pré-escolar, básico, secundário e superior e o representante do PIEC.

. A Presidente do CME, Celeste Simão, deu também conhecimento de que recebeu da Associação Nacional de Municípios Portugueses (Anexo 3), um pedido de comentários/sugestões tidas por convenientes sobre o decreto-lei 138-c/2010, de 28 de Dezembro, que regula o apoio do estado às escolas particulares e cooperativas de ensino não superior. Neste sentido, no âmbito do Conselho Municipal de Educação e tendo em conta que a apreciação do município é mais rica se tiver o contributo de todos e todas, solicita sugestões e ideias sobre este diploma e propõe o envio das mesmas, por email.

. Ainda no ponto 4, Outros Assuntos, a Presidente do CME deu conta de que todos receberam por email a proposta das Normas de Atribuição de um Prémio de Mérito Escolar para os Alunos do 4º ano. Este é um prémio que a autarquia quer implementar no concelho de Abrantes e que visa premiar, tal como o nome indica, o mérito escolar. Neste sentido, solicita contributos e opiniões dos presentes, pois gostaria de aprovar estas normas em Reunião de Câmara, não sem antes ser ouvido o Conselho Municipal de Educação. Assim, foram feitas pelos diferentes parceiros do CME uma série de propostas de alteração às normas apresentadas, algumas delas com alterações de fundo, as quais foram devidamente anotadas e serão tidas em conta e a nova proposta será trazida de novo, ao próximo CME.

. Relativamente a esta questão a Conselheira Local para a Igualdade, Sofia Loureiro, solicitou que não se usasse nesse documento, uma linguagem discriminatória.

. Por último e ainda nos Outros Assuntos, o representante da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, Jorge Costa, sugeriu que se pegasse neste órgão, o Conselho Municipal de Educação, e se arranjasse maneira de consertar com as escolas a sua oferta educativa, no que diz respeito aos CEF's e Cursos Profissionais. É importante agarrar os nossos recursos e dentro do que de facto é importante para o concelho, não haver problema de deixar de oferecer determinados cursos, como a informática, que está saturada, e oferecer aqueles que tenham empregabilidade.

. Relativamente a esta questão a Presidente do CME, Celeste Simão, sugere que se marque uma reunião de trabalho também para tentar resolver esta situação.

Assim

e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pela presidente e respectivo secretário conforme art.º 31, ponto 2 do regimento.

A PRESIDENTE

A SECRETÁRIA